

CARTA COMPROMISSO

PELA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO NO PARANÁ

A **2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO**, organizada pelo **CEDRAF** – Conselho de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, com apoio de entidades governamentais e não governamentais, realizada de 25 a 27 de maio de 2010, em Curitiba, a presença de 640 delegados de 317 municípios, fruto dos debates em 320 conferências municipais e 19 conferências regionais/territoriais, que envolveram mais de 15 mil cidadãos paranaenses, aprova a seguinte Carta de Compromisso, como contribuição para a formulação de uma Política de Desenvolvimento para o rural paranaense.

Esta Carta será entregue a todos os partidos e candidatos e apresenta os seguintes compromissos e ações prioritárias que devem ser encampadas pelas três esferas de governo e pelo conjunto dos atores:

1. Estimular a criação e fortalecer os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e as secretarias de agricultura e abastecimento em todos os municípios paranaenses, bem como implementar um programa de capacitação continuada para os conselheiros e secretários municipais.
2. Realizar Conferências Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário a cada dois anos, precedidas por conferências municipais e regionais/territoriais, visando contribuir para formação de lideranças, a construção da democracia e a qualificação das políticas públicas.

3. Reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade econômica, social, cultural e ambiental existente no rural paranaense e desenvolver ações afirmativas da cidadania, que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades sociais e regionais.
4. Investir no fortalecimento da agricultura familiar, por meio da ampliação e aperfeiçoamento de políticas diferenciadas, como forma eficiente de preservação ambiental e da agrobiodiversidade, de geração de empregos e distribuição de renda, de promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
5. Dotar o meio rural de toda a infraestrutura básica existente nos núcleos urbanos, nas áreas de educação, habitação, saúde, saneamento, segurança, transporte, comunicações, cultura, lazer, atenção à infância e à velhice, por meio de políticas integradoras das ações dos diversos setores e das três esferas de governo.
6. Valorizar e aproveitar as potencialidades locais e promover programas e ações destinadas à dinamização das economias rurais, integrando as atividades agrícolas e não-agrícolas às atividades urbanas desenvolvidas nos municípios de bases rurais.
7. Investir na educação e formação profissional dos jovens rurais, por meio da implementação das Diretrizes Básicas de Educação do Campo, como forma de criar mais oportunidades para que os jovens agricultores possam realizar seus projetos de vida no meio rural sem serem obrigados a migrar para lugares distantes.
8. Promover a produção de base agroecológica e a diversificação produtiva, valorizando a multifuncionalidade da agricultura familiar, como produtora de alimentos saudáveis, de matérias primas para os biocombustíveis, de água e de serviços ambientais, oferecendo a devida remuneração compensatória a

quem produz os bens e serviços estratégicos para a qualidade de vida do conjunto da população.

9. Investir na agroindustrialização e outras formas de agregação de valor à produção agrícola no próprio meio rural e nos pequenos municípios de base rural, por meio do apoio ao cooperativismo, à organização de bases e redes de comercialização, e à participação das organizações dos agricultores familiares nos mercados institucionais.
10. Democratizar o acesso à terra e aos recursos naturais, por meio da reforma agrária, do crédito fundiário e de um amplo programa de regularização fundiária, com a mudança de legislação para reduzir os custos processuais, inclusive cartoriais, envolvendo a participação integrada dos governos municipais, estadual e federal.
11. Democratizar o acesso aos conhecimentos necessários para melhorar a produção e o nível de renda do conjunto da população rural, fortalecendo a pesquisa, a assistência técnica e a extensão tecnológica, com o forte envolvimento de organizações governamentais como IAPAR, EMATER e Universidades, mas valorizando as iniciativas e abrindo espaço para a participação de ONGs.
12. Promover a formação de consórcios públicos e agências de desenvolvimento nos territórios rurais, para facilitar o acesso e a gestão de recursos indispensáveis para superar gargalos de infraestrutura e serviços de transporte (em especial estradas), coleta seletiva, reciclagem e tratamento de lixo, saneamento e preservação ambiental, entre outros.

Curitiba, 27 de maio de 2010.